



**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA KAY RALA XANANA GUSMÃO
CHEFE DA EQUIPA DE NEGOCIAÇÕES DO CONSELHO PARA A DELIMITAÇÃO
DEFINITIVA DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS E PESSOA EMINENTE DO g7+**

**Discurso principal na Conferência da CNUDM
“25 Anos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”**

**Tribunal Internacional do Direito do Mar, Hamburgo
17 de outubro de 2019**

Excelências, senhoras e senhores
Amigas e amigos,

Boa tarde, e obrigado ao meu amigo Harold Koh pela sua generosa apresentação. Antes de começar, permitam-me que agradeça também ao Reitor Feinstein, reconhecendo que não estaríamos aqui hoje se não fosse pelo trabalho da Universidade de Indiana e da Universidade de Hamburgo, assim como pelo apoio do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM). É um prazer estar convosco em Hamburgo no TIDM, a sede da CNUDM.

Quero reconhecer alguns dos ilustres participantes que dão a esta conferência a sua verdadeira importância, incluindo, entre outros, Jin-Hyun Paik, Chuck Hagel, Harold Koh e Rena Lee. Sei que muitos de vocês viajaram de longe para poderem estar aqui hoje, pelo que louvo o vosso empenho em prol do fortalecimento da CNUDM.

Quero também reconhecer outros que não puderam estar aqui, incluindo a delegação de Vanuatu, representada aqui pelo seu Embaixador.

Já hoje tivemos a oportunidade de ouvir, nesta conferência, alguns dos principais peritos em Direito do Mar sobre a CNUDM e sobre a resolução de disputas, e por certo que até ao final da conferência ouviremos muitos mais.

Aquando da assinatura da Convenção sobre o Direito do Mar em 1982, o mundo não podia imaginar a importância que esta viria a ter na governação da ordem marítima internacional e a sua efetividade ao nível da gestão de conflitos. Volvidos agora 25 anos sobre a sua entrada em vigor, é adequado refletirmos sobre o sucesso da CNUDM.

Poucos teriam imaginado que um timorense que era então um guerrilheiro e combatente pela liberdade estaria aqui hoje perante vós a celebrar Timor-Leste como um triunfo do sistema internacional. Hoje, em Timor-Leste, já não existe ocupação ou guerra, existe sim uma democracia orgulhosa que caminha rumo ao futuro.

O dia em que restaurámos a nossa independência foi um dia magnífico, um triunfo do sistema internacional. Tratou-se também de um momento de validação para muitos que acreditaram no sistema assente em regras e no direito internacional. Lembro-me em especial das palavras de Kofi Annan: “a independência não significará o fim do empenho do mundo para com Timor-Leste”.

Estou aqui não apenas para contar a história de um jovem país, uma jovem democracia a transitar da fragilidade para a resiliência, mas a história de um país que acredita no Estado de direito e na promessa de uma arquitetura mundial assente em regras. Estou aqui também para dizer que não estamos sós no mundo.

O nosso sucesso pode ser inspirador, porém os nossos desafios e as nossas oportunidades são comuns a muitos países – e isto numa altura em que o sistema internacional está a ser testado no seu âmago.

Assim, permitam-me que partilhe convosco as boas e as más notícias.

As boas notícias é que a história de Timor-Leste é uma história de esperança. Após a luta de resistência conseguimos finalmente tornar-nos numa nação independente, contudo não éramos verdadeiramente livres uma vez que não possuíamos fronteiras marítimas definitivas com nenhum dos nossos dois vizinhos, a Austrália e a Indonésia. Não podíamos reclamar os nossos mares e os recursos que nos pertenciam segundo o direito internacional. Não podíamos garantir o nosso próprio futuro.

Como sabem, esta situação alterou-se recentemente. Esta mudança mostra o que é possível através da arquitetura internacional.

Após anos de repetidas tentativas e fracassos, durante os quais não conseguimos encetar um diálogo sério sobre fronteiras marítimas com a Austrália, virámo-nos para a conciliação obrigatória. Na verdade, gostaria de salientar que temos a sorte de ter aqui connosco, nesta conferência, o Juiz Koroma, um dos nossos estimados Comissários, que irá falar sobre a CNUDM e sobre o nosso processo de conciliação obrigatória.

A conciliação obrigatória foi o último recurso que nos restava. Trata-se de um processo desenhado para situações como a nossa, em que um vizinho se recusa a negociar bilateralmente e se retira dos mecanismos de resolução vinculativa sob a égide da CNUDM.

O processo de conciliação obrigatória nunca antes tinha sido usado, pelo que não oferecia garantias de sucesso. Ainda assim, o sistema internacional já nos tinha servido bem no passado, e como tal decidimos tentar novamente e confiar no poder da justiça.

Passado 18 meses, conseguimos chegar a acordo com a Austrália. Este acordo foi consagrado na forma de um Tratado, assinado em março de 2018, na sede das Nações Unidas, e testemunhado pelo Secretário-Geral António Guterres.

Após uma luta difícil – uma luta de inquestionável importância política e económica para o nosso país – conseguimos delimitar as nossas fronteiras marítimas com a Austrália.

A assinatura do tratado sobre fronteiras marítimas permitiu clarificar finalmente os direitos e as responsabilidades de Timor-Leste e da Austrália relativamente aos recursos e às atividades dentro dos nossos respetivos territórios soberanos.

Era essencial para a nossa soberania e para as nossas perspectivas futuras estabelecer jurisdição sobre o nosso território marítimo.

O nosso longo percurso em prol da independência, que exigiu tanta coragem e tanto sacrifício do nosso povo, só poderia terminar se pudéssemos exercer os nossos direitos sobre o que nos pertence, para assim traçarmos o nosso próprio caminho rumo ao desenvolvimento.

Isto representava a diferença em tudo o que envolve a economia azul – a economia do mar. O turismo é um bom exemplo disto, sendo que as águas quentes de Timor-Leste albergam alguns dos recifes de coral mais bem conservados do mundo. Na verdade, a Conservação Internacional declarou recentemente que as águas em redor da ilha de Ataúro possuem a maior concentração de biodiversidade do mundo inteiro.

Trata-se ainda das pescas, transportes marítimos e oportunidades de desenvolvimento estratégico ao nível dos recursos energéticos e minerais.

Estamos agora em condições para avançar nestas áreas.

Estas são as boas notícias que vos trago. Esta é a oportunidade.

Infelizmente há também más notícias – e aqui reside o desafio para todos nós.

Atualmente, num mundo pleno de conflito, sabem quantas situações como a de Timor-Leste continuam por resolver?

Vamos refletir sobre estes dados. Existem atualmente no mundo mais de 400 disputas pendentes e por resolver em torno de fronteiras marítimas.

Muitas destas situam-se nalgumas das áreas geopolíticas mais sensíveis do mundo, incluindo na nossa região da Ásia. Estas disputas constituem uma ameaça real à paz e à segurança globais.

Estamos todos aqui porque acreditamos no potencial para criar mais histórias de sucesso. Ainda que a CNUDM nos dê um quadro para a resolução pacífica de disputas marítimas, nem sempre os países em vias de desenvolvimento possuem acesso efetivo e concreto a esses mecanismos.

Embora todas as nações sejam iguais perante a lei, nem todas as nações têm igual acesso ao sistema legal internacional. Acontece muitas vezes os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e as nações pequenas ou frágeis carecerem da capacidade e dos conhecimentos internacionais para poderem utilizar efetivamente o sistema legal internacional.

A nossa experiência com a Austrália mostrou-nos os desafios que um país em vias de desenvolvimento pode ter de ultrapassar quando enfrenta um vizinho mais rico e mais poderoso, mesmo que este se apresente como um amigo.

Espero assim que este painel e esta conferência vejam a nossa história de sucesso não como uma razão para celebrar, mas sim como uma razão para agir.

O exemplo do que conseguimos com a Austrália vem provar que a arquitetura assente em regras pode ajudar a trazer justiça, equidade e, em última instância, soberania. A nossa história é uma história de esperança. Como tal, teremos todo o prazer em ajudar qualquer outro país que esteja a pensar encetar um processo semelhante, partilhando as nossas experiências e as lições que aprendemos.

Faço votos para que usemos esta conferência para promover um diálogo de novas ideias e de novos compromissos, para uma vez mais provarmos algo ao mundo – provarmos que podemos fazer melhor e que podemos agir com confiança.

Que Timor-Leste seja um exemplo de um Estado de direito efetivo e do que se pode conseguir com o sistema internacional de justiça. Se há muitos anos eu tivesse dito que um dia Timor-Leste participaria numa conferência como esta, a partilhar uma história de triunfo e não de lágrimas – uma história na qual a justiça venceu manobras ilegais e comportamentos enganosos – muitos teriam dito que eu estava a sonhar.

O meu amigo Nelson Mandela costumava dizer “tudo parece impossível até que seja feito.”

Entre 1975 e 1999, durante os 24 anos de resistência difícil contra uma ocupação ilegal perpetrada por um vizinho poderoso e que contava com o apoio de diversos países ocidentais, muitos não imaginavam que pudéssemos sequer sobreviver! Hoje, provámos que esses estavam errados.

Aplicando o mesmo espírito de resistência, empenho e determinação, e usando as ferramentas que o sistema internacional coloca à nossa disposição, conseguimos o impossível.

Por fim, quero dizer que estamos aqui hoje com muitos daqueles que nos apoiaram direta e indiretamente. Estamos orgulhosos e, claro, muito gratos por terem estado do nosso lado, empenhados, a ver a justiça prevalecer. Este tipo de apoio fora das instituições é importante, uma vez que pode influenciar a forma de pensar daqueles que tomam as decisões.

Obrigado a todos vós e obrigado à CNUDM por me ter aqui hoje.